



## **CONTRATO CELEBRADO ENTRE**

### **A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL E A LIGA PORTUGUESA DE FUTEBOL PROFISSIONAL**

Ao abrigo dos números 1 e 2 do artigo 23.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro) e do artigo 28.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas (Decreto Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro alterado pelo Decreto Lei n.º 93/2014, de 23 de junho)

**Entre**

**A Federação Portuguesa de Futebol**, NIPC 500 110 387, com sede na Rua Alexandre Herculano, n.º 58, em Lisboa, representada pelo seu Presidente Fernando Soares Gomes da Silva e Vice-Presidente Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves, de ora em diante designada por FPF;

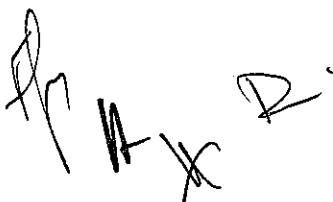
e

**A Liga Portuguesa de Futebol Profissional**, NIPC 502 136 219, com sede na Rua da Constituição, n.º 2555, no Concelho do Porto, representada pelo seu Presidente Pedro Proença de Oliveira Alves Garcia e pelo Diretor Antero José Gomes da Ressurreição Diogo Henrique, de ora em diante designada por LPFP;

**Considerando que:**

1. A FPF é uma associação de direito privado que engloba vinte e duas associações de âmbito territorial, a Liga Portuguesa de Futebol Profissional, clubes e sociedades desportivas, jogadores, treinadores, árbitros e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da sua atividade, e tem por principal objeto promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, o ensino e a prática do futebol;
2. A LPFP é uma associação de direito privado, com personalidade jurídica e autonomia administrativa técnica e financeira, integrada pelos clubes e sociedades desportivas que disputam as competições profissionais, que exerce nos termos da lei e dos estatutos da FPF as competências relativas às competições de natureza profissional e tem por objeto estatutário assegurar a gestão, organização e regulamentação das atividades do futebol profissional de acordo com a lei aplicável;
3. Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 23.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro), do artigo 28.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas (Decreto Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro alterado pelo Decreto Lei n.º 93/2014, de 23 de junho), do n.º 3 do artigo 17.º dos Estatutos da FPF e da alínea u) do n.º 1 do artigo 8.º dos Estatutos da LPFP, a relação entre ambas as partes é definida por contrato;

É celebrado ao dia 29 de junho de 2016 o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:



## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 1.ª

##### Definições

Para efeitos do presente Contrato entende-se por:

- a) «Clube» os clubes, sociedades desportivas e equipas “B”;
- b) «Competições profissionais» as competições reconhecidas nos termos da lei como de carácter profissional;
- c) «Dirigentes dos clubes» os titulares dos respetivos órgãos sociais e os respetivos diretores e quaisquer outros funcionários ou colaboradores que, independentemente do respetivo vínculo contratual, desempenhem funções de direção, chefia ou coordenação na respetiva estrutura orgânica, bem como os respetivos mandatários;
- d) «Jogos oficiais» os jogos disputados no âmbito de todas as competições organizadas pela Federação Portuguesa de Futebol e pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional;

#### 2.ª

##### Objeto

O presente contrato tem por objeto regular o relacionamento entre a FPF e a LPFP nas seguintes matérias:

- a) Definição das competições organizadas e regulamentadas pela LPFP;
- b) Número de clubes que participam nas competições referidas na cláusula 3.ª;
- c) Regime de acesso entre as competições desportivas não profissionais e profissionais;
- d) Regime aplicável ao licenciamento de jogadores que participam nas competições referidas na cláusula 3.ª;
- e) Calendário desportivo;

- f) Regime de autorização relativo à realização de jogos particulares;
- g) Regime disciplinar;
- h) Regime relativo à arbitragem;
- i) Regime das receitas e das despesas geradas pelo funcionamento do Conselho de Disciplina e pelo Conselho de Arbitragem da FPF, quando os seus membros exerçam funções no âmbito das competições referidas na cláusula 3.ª;
- j) Apoio à atividade desportiva não profissional;
- k) Organização da atividade das seleções nacionais; e
- l) Emissão de cartões de identificação e acesso a recintos desportivos.

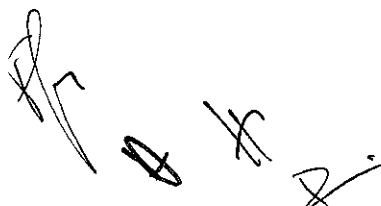
## **CAPÍTULO II**

### **COMPETIÇÕES**

#### **3.ª**

#### **Competições organizadas e regulamentadas pela LPFP**

1. Compete à LPFP organizar, regulamentar e gerir as seguintes competições profissionais:
  - a) Campeonato Nacional da I Divisão – I Liga;
  - b) Campeonato Nacional da II Divisão de Honra – II Liga.
2. Os quadros competitivos referidos no número anterior constituem o nível mais elevado das competições desportivas desenvolvidas no âmbito da FPF.
3. A FPF reconhece ainda à LPFP a competência para organizar e regulamentar a Taça da Liga.
4. Na organização, regulamentação e gestão das competições referidas nos números 1 e 3 a LPFP encontra-se vinculada às normas do presente contrato, às normas legais e às normas estatutárias e regulamentares da FPF, UEFA e FIFA.
5. A FPF reconhece, para participação em competições por si organizadas, a regulamentação relativa à numeração de camisas e os equipamentos dos clubes intervenientes nas competições organizadas pela LPFP.



#### 4.ª

##### **Número de clubes que participam nas competições profissionais**

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, enquanto o presente contrato vigorar, compete à LPFP fixar o número de clubes participantes na I e II Liga, desde que cumulativamente:
  - a. Na I Liga seja respeitado o mínimo de 14 e um máximo de 18 clubes;
  - b. Na II Liga seja respeitado o mínimo de 16 e o máximo de 20 clubes; e
  - c. Entre a data da comunicação pela LPFP à FPF da aprovação do regulamento aplicável à competição e a sua entrada em vigor decorra, pelo menos, uma época desportiva, sem prejuízo das alterações já consagradas no presente contrato.
2. Na época 2016/2017, a II Liga será disputada por 22 clubes.

#### 5.ª

##### **Regime de acesso entre as competições desportivas não profissionais e profissionais**

1. Ascendem à mais baixa competição profissional (aqui denominada II Liga) dois clubes da mais alta competição de futebol masculino não profissional (aqui designada por Campeonato de Portugal), em função do mérito desportivo obtido na época desportiva imediatamente anterior, nos termos da regulamentação aprovada pela FPF.
2. Descem ao Campeonato de Portugal os dois últimos classificados da II Liga na época imediatamente anterior, com ressalva das descidas administrativas a que haja lugar nos termos da regulamentação aprovada pela LPFP.
3. Na época desportiva 2016/2017, excecionalmente descem diretamente à mais alta competição de futebol masculino não profissional os quatro últimos classificados da II Liga.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, na época desportiva 2016/2017, os segundos melhor classificados de cada série do Campeonato de Portugal disputam um play-off com os clubes que, nesta época desportiva, fiquem classificados no 17.º e no 18.º

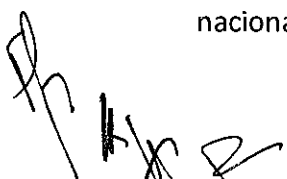
lugares da II Liga, competindo aos dois vencedores o direito de participação nesta competição.

5. No cumprimento do disposto no número anterior, compete às Partes a definição das regras de sorteio e de organização dos jogos e a exploração comercial de todos os seus direitos, e as receitas a ambas em partes iguais.
6. Não poderão participar nas competições organizadas pela LPFP os clubes com dívidas vencidas à FPF ou as sociedades por aqueles constituídas, igualmente não poderão participar nas competições organizadas pela FPF os clubes com dívidas vencidas à LPFP, o que ambas as partes se comprometem a fazer constar dos respetivos regulamentos.

#### 6.ª

##### Licenciamento de jogadores

1. Os processos de inscrição e transferência de jogadores de clubes que integram as competições de carácter profissional e o registo dos respetivos contratos de trabalho, eventuais alterações, revogações e rescisões são efetuados pela LPFP e sujeitos a homologação e licenciamento definitivo pela FPF.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, os documentos que integram os processos são inseridos na plataforma informática da LPFP para envio à FPF, por correio eletrónico ou por meio de interligação direta entre os sistemas das Partes, sem prejuízo da obrigação assumida pela Segunda de remeter os respetivos originais à Primeira, sempre que esta os solicitar.
3. Cumpre à LPFP entregar à FPF os montantes correspondentes às quotas de inscrição e transferência de jogadores de clubes que integrem as competições de carácter profissional, de acordo com as percentagens e nos termos seguintes:
  - a) 5% (cinco por cento) das quotas de inscrição de jogadores, independentemente da sua natureza;
  - b) 5% (cinco por cento) das quotas de transferência de jogadores entre clubes nacionais e



- c) 10% (dez por cento) das quotas de transferência de clube estrangeiro para clube nacional,
- e compete à FPF a definição das quotas aplicáveis, no Comunicado Oficial n.º 1 por si aprovado e publicado para cada época desportiva.

## **7.ª**

### **Calendário Desportivo**

1. O calendário desportivo das competições profissionais e da Taça da Liga é elaborado pela LPFP e sujeito a aprovação pela FPF.
2. Na elaboração do calendário desportivo, a LPFP obriga-se a respeitar os Estatutos da FPF e a preparação e participação das Seleções Nacionais, bem como a regulamentação e diretivas internacionais aplicáveis, nomeadamente as respeitantes ao calendário de jogos internacionais estabelecido pela UEFA e pela FIFA.

## **8.ª**

### **Realização de jogos particulares**

À autorização e à realização de jogos particulares é aplicável a regulamentação aprovada pela Direção da FPF.

## **CAPÍTULO III**

### **DISCIPLINA**

## **9.ª**

### **Titularidade do poder disciplinar e regime disciplinar aplicável**

1. O Conselho de Disciplina da FPF está organizado em secções especializadas conforme a natureza da competição.
2. A competência para instaurar e arquivar procedimentos disciplinares e, colegialmente, apreciar e punir as infrações praticadas por clubes, seus dirigentes e

demais agentes desportivos nas competições organizadas pela LPFP cabe à Secção da área Profissional do Conselho de Disciplina da FPF.

3. A competência para apreciar e punir as infrações disciplinares praticadas por clubes, seus dirigentes e demais agentes desportivos nas competições organizadas pela FPF cabe à Secção da área Não Profissional do Conselho de Disciplina da FPF, ainda que essas infrações sejam praticadas por Clubes, seus dirigentes e demais agentes desportivos que participem nas competições organizadas pela LPFP.
4. Salvo o disposto no número seguinte, às infrações disciplinares praticadas por clubes, seus dirigentes, árbitros e demais agentes desportivos, é aplicável o Regulamento Disciplinar da LPFP ou da FPF consoante os ilícitos disciplinares tenham sido cometidos em competições organizadas pela LPFP ou pela FPF, respetivamente.
5. No âmbito da participação de clubes das competições profissionais em competições organizadas pela FPF é aplicável aos jogadores e treinadores o regime sancionatório previsto no Regulamento Disciplinar da LPFP, independentemente da prova onde a infração tiver sido cometida, seguindo-se o procedimento disciplinar estabelecido no Regulamento Disciplinar da FPF.
6. Os processos disciplinares pendentes no início de cada época desportiva são decididos, finda a instrução, pela secção disciplinar competente para a competição desportiva em que o infrator tiver sido integrado, sendo aplicável o regime sancionatório a que o mesmo se encontrava sujeito à data da infração.
7. A Secção da área Não profissional da FPF exerce o poder disciplinar sobre os jogadores que, uma vez convocados, estejam ao serviço das Seleções Nacionais, independentemente dos mesmos integrarem as competições organizadas pela FPF.

#### 10.ª

##### Cumprimento das sanções disciplinares

1. As sanções disciplinares aplicadas aos clubes, dirigentes e demais agentes desportivos respeitantes a infrações por si cometidas cumprem-se nos jogos de todas as competições, independentemente da entidade que os aplicou, com ressalva



do regime previsto no Regulamento das “equipas B” e no disposto no número seguinte.

2. No que respeita aos jogadores é consagrado um regime especial da sanção de suspensão por acumulação de cartões amarelos, nos seguintes termos:
  - a) As sanções de suspensão automática decorrente da acumulação de séries de cartões amarelos são cumpridas exclusivamente nos jogos das competições I Liga e da II Liga, na época desportiva em curso;
  - b) Os cartões amarelos exibidos em jogos da Taça de Portugal, Supertaça e Taça da Liga não são contabilizados para o efeito a que se alude na alínea anterior.
3. O regime específico previsto no número 2 circunscreve-se à suspensão automática decorrente de séries de cartões amarelos, sendo todas as restantes sanções disciplinares aplicadas quer pela Secção da área Não Profissional quer pela Secção da área Profissional do Conselho de Disciplina da FPF em estrita conformidade com o estabelecido no n.º 1.
4. O jogador punido por acumulação de séries de cartões amarelos pode participar nos jogos Taça de Portugal e Supertaça, sem que daí decorra o preenchimento de ilícito disciplinar.
5. A FPF e a LPFP obrigam-se a fazer cumprir as sanções disciplinares aplicadas aos Clubes, dirigentes e demais agentes desportivos que transitem para a época seguinte ou que na mesma época transitem para competições diferentes.

#### **11.ª**

##### **Encargos e receitas do procedimento disciplinar**

1. A LPFP suporta todos os encargos e despesas da Secção da área Profissional do Conselho de Disciplina da FPF, sendo o valor a pagar por deslocações calculado em função dos quilómetros percorridos como se a realização das reuniões ocorresse na sede da LPFP ou na sede da FPF por referência à área de residência de cada membro da referida Secção.

2. Os montantes devidos a título de custas processuais e de sanções de multa aplicadas pela Secção da área Profissional do Conselho de Disciplina da FPF cabem à LPFP.

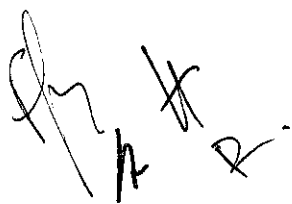
#### **CAPÍTULO IV**

#### **ARBITRAGEM**

#### **12.ª**

#### **Secção da Área Profissional do Conselho de Arbitragem da FPF**

1. O Conselho de Arbitragem da FPF está organizado em secções especializadas conforme, designadamente, a natureza profissional ou não da competição.
2. Cabe ao Conselho de Arbitragem da FPF, em geral e sem prejuízo de outras competências atribuídas nos Estatutos, coordenar e administrar a atividade da arbitragem, estabelecer os parâmetros de formação dos árbitros e proceder à classificação técnica destes.
3. As competências do Conselho de Arbitragem da FPF quando digam respeito às competições organizadas pela LPFP são exercidas pela respetiva Secção da área Profissional.
4. Em especial, compete à Secção da área Profissional:
  - a) Designar os árbitros e os árbitros assistentes para os jogos das competições organizadas pela LPFP, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da LPFP;
  - b) Designar os árbitros e os árbitros assistentes para os jogos das competições organizadas pela FPF onde intervenham equipas das competições organizadas pela LPFP, nomeadamente da Taça de Portugal;
  - c) Participar à Secção da área Profissional do Conselho de Disciplina quaisquer situações que constituam infração às normas regulamentares, nomeadamente as relativas aos deveres especiais dos árbitros e árbitros assistentes;
  - d) Publicar as nomeações e a constituição das equipas de arbitragem.



5. O regime aplicável às competições organizadas pela LPFP é o estabelecido no Regulamento de Arbitragem elaborado e aprovado pela LPFP e sujeito à ratificação da Assembleia Geral da FPF.
6. A promoção e divulgação das Leis de Jogo, regulamentos e pareceres técnicos, junto dos árbitros e árbitros assistentes do quadro de árbitros afeto às competições organizadas pela LPFP e a emissão de pareceres técnicos solicitados pela Direção da LPFP compete ao Conselho de Arbitragem através da Academia de Arbitragem.
7. O regime aplicável à classificação dos árbitros e árbitros assistentes e à componente classificativa do grau de dificuldade de nomeações é o estabelecido no Regulamento da Secção de Classificações.

### **13.ª**

#### **Quadro de árbitros, árbitros assistentes e observadores**

O número de árbitros, árbitros assistentes e observadores afetos às provas organizadas pela LPFP é acordado entre as partes, em função do número de jogos a realizar em cada época desportiva, conforme definido pelo Conselho de Arbitragem ouvida a LPFP.

### **14.ª**

#### **Encargos e receitas**

1. A LPFP suporta os encargos referentes às equipas de arbitragem e observadores nomeados pela Secção da área Profissional e pela Secção de Classificações, incluindo designadamente relativos a deslocações, estadias e prémios de jogo.
2. A LPFP suporta os honorários devidos aos membros da Secção da área Profissional do Conselho de Arbitragem da FPF pela sua participação em reuniões ordinárias e bem assim pelas deslocações calculadas em função dos quilómetros percorridos à sede da FPF, até ao equivalente a uma reunião e meia por semana por época desportiva abrangida pelo presente contrato.

3. É da responsabilidade da LPFP o pagamento das diárias e deslocações devidas aos árbitros e observadores pela presença em ações de formação e avaliação, competindo à LPFP a definição do modo através do qual as deslocações devam ter lugar.
4. É da responsabilidade da FPF a organização e o pagamento das demais despesas e encargos decorrentes das ações de formação e avaliação referidas na alínea anterior.
5. As diárias e deslocações referidas no número 3 do presente artigo serão liquidadas pela LPFP unicamente no período em que as mesmas sejam devidas.
6. A LPFP compromete-se a contratar em benefício dos árbitros, árbitros assistentes e observadores afetos às competições por si organizadas um seguro de acidentes pessoais que cubra os riscos de morte, invalidez permanente, despesas de tratamento e incapacidade temporária, resultante de acidente no exercício ou por causa, exclusivamente, das funções que desempenhem no âmbito daquelas competições.
7. Compete à LPFP, no exercício da sua atribuição estatutária de exploração comercial das competições que organiza, negociar e contratar a publicidade nos equipamentos dos árbitros afetos àquelas competições, cabendo-lhe, exclusivamente, gerir os proveitos daí advenientes.

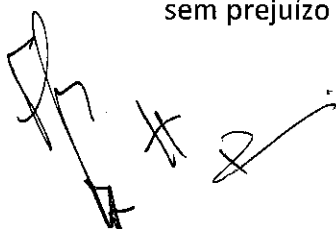
## **CAPÍTULO V**

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

#### **15.ª**

#### **Apoio à atividade desportiva não profissional**

1. A LPFP compromete-se a pagar à FPF, em cada uma das épocas desportivas abrangidas pelo presente Contrato, uma contribuição financeira de 400.000€ (quatrocentos mil Euros), a título de apoio à atividade desportiva não profissional, sem prejuízo do disposto no número seguinte.



2. O valor acordado no número anterior poderá ser revisto pelas partes para as épocas desportivas 2018/2019 e 2019/2020.
3. A contribuição financeira é liquidada, em cada época desportiva, em duodécimos que se vencem no fim do mês a que respeitarem e paga até ao dia 15 do mês seguinte.
4. A contribuição financeira é afeta pela FPF às Associações Distritais e Regionais de Futebol.

#### **16.ª**

##### **Organização da atividade das seleções nacionais**

1. A participação nas Seleções Nacionais é classificada como missão de interesse público.
2. Compete à FPF assegurar a participação competitiva das Seleções Nacionais.
3. Constitui dever dos Clubes permitir que os praticantes, em conformidade com o previsto nos regulamentos federativos, participem nos trabalhos de preparação e integrem as seleções ou representações nacionais.
4. A FPF obriga-se a compensar diretamente os clubes participantes nas competições profissionais pela cedência dos jogadores convocados para a Seleção Nacional.
5. Os jogadores ao serviço das Seleções Nacionais têm direito a um seguro que cubra todos os riscos de ocorrência de quaisquer eventualidades no âmbito e por causa da atividade que prestem àquelas Seleções.

#### **17.ª**

##### **Comunicações**

As comunicações entre a FPF e os Clubes participantes nas competições da LPFP e desta com os Clubes participantes nas competições daquela devem ser efetuadas com conhecimento à LPFP e à FPF, respetivamente.

**18.ª**

**Emissão de cartões de identificação e acesso a recintos desportivos**

1. Compete à FPF em parceria com a LPFP a emissão de cartões de identificação dos agentes desportivos.
2. A FPF e a LPFP comprometem-se a encontrar um procedimento uniforme, que dê direito a acesso a todos os recintos desportivos, nos termos a definir por regulamento, por categorias e por jogos, e que estabeleça as respetivas regras de natureza protocolar.

**19.ª**

**Prazo**

O presente contrato é válido durante as quatro épocas desportivas que decorrem entre o dia 1 de Julho de 2016 e o dia 30 de Junho de 2020.

**20.ª**

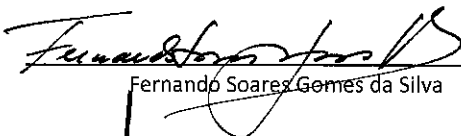
**Entrada em vigor**

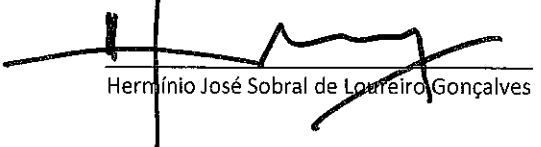
O presente contrato entra em vigor no dia 1 de Julho de 2016.

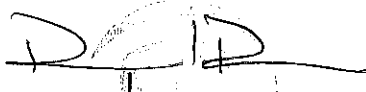
Composto por catorze páginas, o presente contrato é assinado em dois exemplares de igual valor destinando-se um a cada uma das Partes.

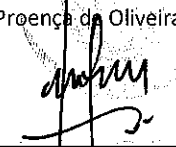
**Federação Portuguesa de Futebol**

**Liga Portuguesa de Futebol Profissional**

  
Fernando Soares Gomes da Silva

  
Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves

  
Pedro Proença da Oliveira Alves Garcia

  
Antero José Gomes da Ressurreição Diogo Henrique